

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

ADORAÇÃO E ENCANTAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Marcílio Dantas Brandão

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6860>

Submetido em: 2023-09-16

Postado em: 2023-09-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ADORAÇÃO E ENCANTAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

MARCÍLIO DANTAS BRANDÃO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2978-4278>

<marcilio.brandao@ufpe.br>

PPGS-UFPE. Recife (PE), Brasil

Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro (BA), Brasil

RESUMO: Enfocando duas emoções, este paper reflete sobre como elas impactam o planejamento e a execução de ações que visam gerar benefícios para pessoas jovens. O trabalho se fundamenta, por um lado, na revisão conceitual acerca da noção de políticas públicas de / para / com jovens e na apresentação de uma abordagem das ciências sociais sobre emoções; por outro lado, recupera-se a discussão de duas emoções místicas, adoração e encantamento, sobre as quais se discute como elas incidem em algumas políticas públicas de juventude no Brasil. O paper apresenta uma ampla concepção pragmatista do que vem a ser “política pública”, com isso tenta demonstrar como ações englobadas nas concepções de “protagonismo juvenil” e “associativismo com jovens” são eivadas de adoração e encantamento e contribuem – mesmo que não intencionalmente – para transferir aos próprios jovens atribuições que são responsabilidade de diversos setores da sociedade e do Estado, segundo a Constituição Federal do Brasil.

Palavras-chave: juventude, políticas públicas, emoções, adoração, encantamento.

ADORATION AND ENCHANTMENT IN PUBLIC YOUTH POLICIES

ABSTRACT: Focusing on two emotions, this paper reflects on how they impact the planning and execution of actions that aim to generate benefits for young people. The work is based, on the one hand, on a conceptual review of the notion of public policies by / for / with young people and on the presentation of a social science approach to emotions; on the other hand, the discussion of two mystical emotions, adoration and enchantment, is recovered, on which it is discussed how they affect some public youth policies in Brazil. The paper presents a broad pragmatist conception of what constitutes “public policy”, with this try to demonstrate how actions encompassed in the concepts of “youth protagonism” and “association with young people” are filled with adoration and enchantment and contribute – even if unintentionally – to transferring to young people themselves responsibilities that are the responsibility of different sectors of society and the State, according to the Brazilian Federal Constitution.

Keywords: youth, public policies, emotions, adoration, enchantment.

INTRODUÇÃO

Em duas décadas de trabalho com jovens, atuei em movimentos sociais, ONGs, cooperação internacional e alguns órgãos públicos. Assim, acompanhei o planejamento e a ação em prol de jovens no Brasil e no exterior. Nesta trajetória, objectivei cientificamente orçamento-juventude (BRANDÃO, 2009), estudos sobre juventude (BRANDÃO, 2012), experiências de estímulo governamental à participação juvenil (BRANDÃO, 2011) e, mais recentemente (BRANDÃO, 2016 e 2019), investiguei componentes emocionais que incidem nas políticas públicas de/para/com jovens. Nesta comunicação, concentro minha análise em duas emoções para continuar avançando na

reflexão sobre como elas impactaram o planejamento e a execução das referidas políticas no Brasil. Com isto, espero que este trabalho contribua com o preenchimento da lacuna de estudos sobre o tema, algo apontado por Sposito e Carrano (2003) e ainda atual, conforme se depreende de revisão da literatura mais recente.

Do ponto de vista teórico, minha inspiração para analisar políticas públicas sob o prisma das emoções remonta a Espinosa e Dewey, que colocam afetos, sentimentos e emoções em relação com aquilo que pensamos e fazemos. Estas são duas matrizes de inspiração para diferentes enfoques das ciências sociais sobre emoções. A teoria dos afetos de Espinosa é mais fartamente referida em nosso campo científico, conforme discutimos em Oliveira Jr. e Brandão (2022). Espinosa é provavelmente o primeiro a registrar, ainda no séc. XVII, a relação entre as emoções e o desenvolvimento da política, de modo geral. A relevância é tão profunda que leva estudiosos de sua obra a afirmar, como Marilena Chauí, que “O Estado não é resultado da ação racional dos homens, mas dos choques de suas paixões” (CHAUÍ, 1979, p XXII). Porém, a proposição lógica de Dewey de que “É preciso que um problema seja sentido para poder ser enunciado” (DEWEY, 1993 [1938], p. 132) me leva a também considerá-lo como fundamento desta reflexão. Além desta via filosófica, estudos sociológicos pioneiros atentaram para a influência das emoções na ação individual e coletiva, conforme se enfatiza cada vez mais na teoria sociológica contemporânea, a exemplo do recente trabalho de Cerulo e Scribano (2022). As ciências sociais reconhecem há longa data e se dedicam a estudar como as emoções impactam a política, conforme se observa desde as seminais análises de Collins (1975) até uma ampla revisão de literatura, como a que acaba de ser publicada por Ferreira (2023). Dedicando uma breve seção deste texto à síntese da minha fundamentação teórica, evidencio que o enfoque das emoções que empreendo tem um lastro filosófico e se consolida no enquadramento que as ciências sociais vêm dando para o estudo das relações entre ação e emoção.

Quanto ao objeto empírico e ao recorte cronológico, enfoco as políticas públicas em uma perspectiva bastante ampliada, refiro-me a um tempo que se inicia nos anos 1990, mas focaliza especialmente o chamado “ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, que se inicia por volta do ano de 2005 e é interrompido em 2015, no âmbito do processo de impeachment da presidenta eleita [Dilma Rousseff]” (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 108). Apesar de me referir à juventude no singular, reconheço e professo a grande pluralidade dos sujeitos e das condições de vida reunidas em torno do termo.

Dedico uma seção para cada emoção que enfoco, refletindo sobre como as ações de “protagonismo juvenil” e “associativismo com os jovens” são eivadas por adoração e encantamento. Reconheço que estas emoções estão distantes do centro de atenção das políticas públicas de juventude, mas impactam um conjunto de ações que ganhou notoriedade a partir dos anos 1990 e estruturou diretrizes do ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, contribuindo para transferir aos próprios jovens responsabilidades que – em nosso país – são atribuições constitucionalmente dirigidas ao conjunto da sociedade e do Estado.

Em conclusão, retomo meus pressupostos teóricos de que não apenas aspectos racionais influem na conformação das ações humanas e, conseqüentemente, das políticas públicas. E, neste sentido, mesmo que eu (BRANDÃO, 2016 e 2019) reconheça – assim como uma farta literatura (a exemplo de ABRAMO, 1997; NOVAES, 2006; MENDES, 2008 e SANTOS, 2009) – que o medo é a emoção central nas políticas de juventude, evidencio que há outras emoções em jogo e, mais uma vez, destaco que tanto saberes, necessidades, interesses e técnicas quanto emoções precisam ser integrados na tentativa de compreender o que fazem as políticas públicas de/para/com juventudes.

Ainda para fins de introdução, destaco que venho discutindo ideias que fundamentam este texto em diferentes oportunidades nas quais meus interlocutores contribuíram para que eu pudesse avançar na reflexão, sem terem – obviamente – nenhuma responsabilidade por eventuais lacunas que o texto evidencie. Em meio a essas interlocuções, publiquei um trabalho mais amplo sobre medo, adoração e encantamento (BRANDÃO, 2019), que recupero em diferentes trechos deste paper para enfatizar as duas últimas emoções que me inquietam no estudo das políticas públicas de juventude no Brasil.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E EMOÇÕES

Ao longo de minha trajetória, tenho cada vez mais compreendido as políticas públicas como algo polissêmico. Como afirma uma importante estudiosa deste tema entre nós das ciências sociais brasileiras:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. (SOUZA, 2006, p. 24)

A compreensão das políticas públicas depende do entendimento do que é público. Neste sentido, situo-me em uma perspectiva pragmatista própria ao filósofo estadunidense John Dewey. Segundo Dewey (1927), a distinção entre público e privado não é sinônimo de diferença entre individual e coletivo ou social. O público, assim, não se confunde com o que é estatal nem se restringe a noções como as de “audiência”, “plateia” ou “espectador”. A conceituação de algo como sendo público, no pragmatismo de Dewey, não responde a princípios ontológicos, legais ou governamentais; um aspecto da realidade é considerado público quando gera consequências para pessoas que não estão diretamente envolvidas. Assim, as políticas que denomino públicas são compreendidas como parte de um universo muito mais amplo do que as ações de governo ou de Estado.

Sob esta concepção, tenho investigado tanto ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil (especialmente ONGs e fundações empresariais) quanto iniciativas implementadas por organismos estatais. Não investiguei todo tipo de ação de Estado e sociedade, mas apenas uma parte daquelas que, de algum modo, afirmam sua pretensão de gerar benefícios ao público jovem, mesmo que este não seja diretamente envolvido em sua concepção, execução e análise. Estas políticas que, de modo genérico, denominamos “de juventude”, são também políticas “com” e “para” jovens – o que já foi vastamente discutido por autores, como Castro e Abramovay (2002), Novaes (2007) e Tommasi (2004), por exemplo.

Antes, durante e também depois de tomar este tipo de políticas públicas como objeto de estudo, tenho debatido e experimentado esta reflexão em articulação com vários outros sujeitos no interior de órgãos de administração pública onde trabalhei por alguns anos e em diferentes iniciativas da sociedade civil a que me somei como ativista e/ou profissional. Nesta trajetória, destaco alguns marcos do meu esforço de sistematização do que vêm a ser estas tais políticas públicas. Em ordem cronológica, menciono inicialmente o Projeto Dialogando, realizado em 2007, como uma consulta popular do Governo de Pernambuco a jovens e organizações que trabalhavam com jovens nas doze

regiões pernambucanas. O objetivo da consulta era construir subsídios para as ações daquele Governo em relação à juventude. Trabalhei na sistematização e análise dos resultados da consulta e, posteriormente, voltei a esta experiência em minha dissertação de mestrado (BRANDÃO, 2011) e em um artigo (BRANDÃO, 2016). O segundo marco desta história se deu em 2013, a partir do Diagnóstico do Programa Estadual Casas das Juventudes (do Governo de Pernambuco), no qual propusemos dois macrovetores para a ação estatal visando a gerar benefícios para pessoas jovens: as “políticas de transição para a vida adulta” e as “políticas de vivência juvenil” (BRANDÃO, BONFIM, 2013). Em 2016, quando da aprovação do Plano Municipal de Juventude do Recife, estes vetores foram os elementos aglutinadores dos onze eixos de ação definidos pela administração municipal (RECIFE, 2016). Em todas estas experiências, o que ouvia dos jovens em minhas missões profissionais eram diferentes formas de reafirmar que não era suficiente que os governos ofertassem as políticas clássicas de educação, trabalho, saúde e segurança, mas era preciso também atentar para particularidades e desejos juvenis. Deste modo, a diversidade sexual, a produção e fruição de bens culturais, os esportes e os lazeres, assim como a comunicação, marcavam seu espaço entre as demandas prioritárias da juventude com que eu lidava e, tudo isso, ligava-se a sentimentos e emoções fortes no seio deste público.

A relação das demandas juvenis com as emoções foi se descortinando para mim a partir de uma emoção fundadora de muitas das políticas de juventude, o medo, pois como afirmou Abramo (1997, p. 29): “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade”. A via desta descoberta para mim foi dupla. De um lado, percebia que o medo era central para definir a priorização da juventude nas ações governamentais em que trabalhei (a política de juventude em Pernambuco e, mais tarde, o Pronasci – Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Plano de Segurança Pública do segundo governo Lula, que tinha juventude como foco social). Por outro lado, havia a literatura me mostrando que esta emoção estava na origem de diversos projetos sociais e comunitários de saúde, esporte e lazer que, para evitar o envolvimento das jovens gerações com o que há de ruim neste mundo, multiplicava-lhes as ocupações dirigidas por quem não é jovem. Isto está bem analisado nas dissertações de Santos (2009) e Mendes (2008), que afirmam ter ouvido com frequência de pais de jovens que era preciso ocupá-los porque “mente vazia é oficina do diabo”. Essa questão também emerge na minha própria dissertação (BRANDÃO, 2011) e nos já mencionados textos (BRANDÃO, 2016 e 2019).

Porém, não havia somente medo naquelas políticas que eu acompanhava e resolvi buscar referências que me ajudassem a entender as emoções que contribuíam para colocar tais políticas em ação. Encontrei postulados simultaneamente objetivos e situados das emoções humanas como uma chave interpretativa potente para essa busca reflexiva, a saber: uma vertente contemporânea da sociologia francesa bastante influenciada pela mencionada filosofia pragmatista, onde as emoções importam não apenas pela possibilidade de controlá-las, manejá-las e gerenciá-las, mas também por sua dimensão produtiva, como ressalta o sociólogo Louis Quéré (2012) que tem insistido no fato de que as emoções competem para a formação do conhecimento e para as tomadas de decisão sobre agir ou não agir. O trabalho de Quéré polariza com os enfoques sociológicos de controle das emoções e dialoga bastante com seus conterrâneos Pierre Livet (2002) e Christophe Traïni (2009). Tomando Dewey como base para a crítica de qualquer argumentação sobre emoções como algo exclusivamente subjetivo e se apoiando na ideia de que a emoção não tem uma natureza própria, mas está diretamente ligada à situação e seus “referentes objetivos”, Quéré (2012) me ajudou a entender que não é possível separar uma emoção do seu objeto nem da situação que a suscita. As emoções não estão apenas no interior dos sujeitos, elas têm uma natureza objetiva que se estabelece também em função de seu ambiente situacional. Para Dewey, segundo Quéré (2012, p. 146), “a

emoção é mais suscitada pelo caráter 'problemático' de uma situação: ela é uma resposta ao incerto, ao duvidoso, ao precário e ao ambíguo [...]. Ela tanto pode paralisar quanto energizar para a ação em busca de soluções”. A indeterminação de uma situação é, portanto, algo particularmente capaz de suscitar emoção, atenção, raciocínio, buscas, descobertas, decisões etc. A relação de aspectos tão distintos é determinante para agir ou não agir.

Apesar de não podermos transpor diretamente essa teoria de relevância emocional da ação para o campo das políticas públicas, considero que todas as políticas são planejadas e implementadas por indivíduos e grupos que espelham em suas ações individuais e coletivas aquilo que pensam e sentem. Deste modo, venho associando dois aspectos que foram muito distanciados na modernidade para tentar compreender como têm se desenvolvido as políticas de juventude no Brasil. Estes aspectos são a razão e o conjunto das emoções. As lógicas operacionais que subjazem em trabalhos inspirados por muitas vertentes racionalistas e materialistas nas ciências sociais ofuscam a dimensão emotiva da ação humana, reservando-lhe a enfoques exclusivamente subjetivistas. Contudo, na prática, as pessoas são movidas ou paralisadas por muitas coisas, inclusive emoções. A histórica separação das emoções em relação à lógica argumentativo-dedutiva atribuída à razão e ao pensamento científico me parece um entrave para que possamos compreender como as políticas públicas operam. Uma possível chave de ligação entre razão e emoção remonta à teoria dos afetos de Espinosa. Para este autor, o afeto é necessariamente relacional, põe em relação sentimentos e emoções, corpo e mente, pensamento e ação; como nos lembrou Cavalcante (2016, p. 78), em Espinosa “afetar e ser afetado são características comuns a tudo que existe”.

Esta dimensão relacional afetiva ou afectante que contém emoções que não são apenas subjetivas é um fundamento teórico deste estudo da política de juventude sob um prisma pouco abordado. Isto posto, espero ter evidenciado que não estou ecoando certos psicólogos que chegam a postular, como Goleman (2011 [1995], p. 57), a existência de dois cérebros nos seres humanos, sendo um emocional e outro racional. O que me interessa nesta comunicação são emoções duradouras e coletivas que afetam a política de juventude no Brasil. Estas emoções estão absolutamente integradas à razão humana e às situações objetivas que as suscitam. Tais emoções são adoração e encantamento, ambas de ordem mística e efeitos práticos, como tentarei demonstrar na próxima seção.

2. ADORAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL

A adoração é uma afecção menos constante nas políticas de juventude que o medo. Apesar disso, a ideia de adoração à juventude atravessa importantes períodos da história ocidental, a exemplo do culto que lhe dispensava a Grécia Antiga (VERNANT, 2001 [1996]). Para discutir como isto afeta o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas às juventudes, remonto ao sentido religioso deste termo que indica: “Culto que se presta a alguém ou a alguma coisa a que se atribui status de divindade”¹.

Alvo de controvérsias na tradição cristã, a adoração em muitos ofícios litúrgicos se faz diante de imagens que representam a divindade. Isto para diversos analistas das escrituras bíblicas fere diretrizes do livro sagrado do cristianismo, a exemplo do que afirma o livro do Êxodo em seus versículos 4 e 5 do capítulo 20:

Não deves fazer para ti imagem esculpida, nem semelhança de algo que há nos céus acima, ou do que há na terra abaixo, ou do que há nas águas sob a terra. Não te deves curvar diante delas, nem ser

1 Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/adoracao>>, acesso em 11 de nov. 2018.

induzido a servi-las, porque eu, Jeová, teu Deus, sou um Deus que exige devoção exclusiva. (Êxodo 20: 4, 5)

Este preâmbulo em relação à Antiguidade Clássica e à Bíblia não tem intenção de postular uma adoração religiosa à juventude contemporânea, mas – por analogia – reconheço uma certa idolatria atual a características comuns desta fase da vida, a exemplo da plenitude das capacidades físicas, da força e da disposição para experimentar e inventar novas formas de agir. Tais características fazem da juventude na contemporaneidade um valor que, conforme aponta Debert (2004), tem se tornado um elemento central do consumismo contemporâneo. A partir da admiração de características como essas, parece-me apropriado relacionar a ideia de protagonismo juvenil à noção de adoração de um segmento populacional específico que é a juventude. Esta perspectiva do jovem como protagonista, por diferentes meios, transfere responsabilidades de vários setores da sociedade e do Estado para os jovens, pois representa a assunção pelas próprias pessoas jovens de tarefas que historicamente têm cabido a outros. Utilizando as palavras de uma colega que dedicou seus estudos doutorais ao tema, podemos dizer que

O protagonismo juvenil, portanto, é um discurso de adultos, produzido e compartilhado pelos organismos internacionais, órgãos governamentais, ONGs, empresários e educadores, ou seja, pelos adultos que se dedicam à integração da juventude, considerada objeto de intervenções. O jovem protagonista é objeto e não sujeito de políticas e medidas governamentais e não governamentais. [...] o protagonismo juvenil é um simulacro, visto que o jovem do discurso não é sujeito. (SOUZA, 2008, p. 16-17, *italico no original*)

A noção de protagonismo juvenil se consolidou a partir do trabalho de um respeitado educador brasileiro, que acumula experiências pedagógicas com jovens no sistema socioeducativo (que chegou a dirigir no estado de Minas Gerais), colaboração em diferentes prefeituras, secretarias de Estado e organismos internacionais (como UNICEF e OIT), Antonio Carlos Gomes da Costa, cuja trajetória analisamos melhor em Oliveira Jr. e Brandão (2022). Além de todas as colaborações citadas, Costa também atuou em muitas fundações empresariais, como Abrinq, Odebrecht e Instituto Ayrton Senna. E, principalmente a partir de uma delas, a Fundação Odebrecht, passou a difundir seu manual de protagonismo juvenil (COSTA, 1996), publicado e reeditado em sucessivas oportunidades pela referida Fundação.

O discurso do protagonismo juvenil não apenas inverte a lógica de pensar e agir em relação às pessoas jovens como se elas fossem o problema social ou, pelo menos, parte importante deste problema, como afirma Tommasi (2014, p. 297). O mais grave deste discurso é que, além de inverter a ordem e colocar o jovem como solução ou parte importante da solução de diversos problemas sociais, o protagonismo juvenil representa uma responsabilização direta e exclusiva do próprio jovem pelo seu sucesso, pois postula que

[...] jovem, que *aprendeu a aprender e continua aprendendo ao longo de toda a vida* [...], que assume para si a responsabilidade constante de encontrar trabalho [...], que muda com frequência os rumos de sua carreira e adapta-se a situações diversas, consegue manter-se inserido [...]. (SOUZA, 2008, p. 29, *italico no original*)

Nesta perspectiva, não são mais a família, o Estado e o trabalho que contracenam em papéis de destaque no palco da transição para a vida adulta, mas aos jovens – a eles mesmos – é transferido o papel principal no enredo da história de se tornar adulto.

O protagonismo juvenil se consolidou no início dos anos 2000 como método de trabalho com adolescentes e jovens no Brasil. Neste método se estabeleceu uma sistemática educativa que segue os quatro pilares da educação, tal como sistematizados pelo ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, em seu “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI” (DELORS, 1998 [1996]). Além de Costa (1996), a Fundação Odebrecht publicou Serrão e Baleeiro (1999) com uma proposta ainda mais didática do que fazer para garantir o pretendido protagonismo. Como se depreende das referidas publicações com o selo da Odebrecht, para os jovens se tornarem protagonistas é preciso muito aprendizado, pois demanda-se aprender a “ser”, a “conviver”, a “fazer” e, sobretudo, a “aprender”. Sendo esta última demanda de aprendizagem praticada por toda a vida, em plena conformidade com o relatório de Delors (1998 [1996]) que pressupõe que o jovem deve continuar sempre aprendendo.

Este modelo de transferência de responsabilidades para os jovens prosperou muito nas políticas dirigidas a este segmento populacional no Brasil. Integrando uma dimensão de falsete de poder, materializada na ideia de simulacro, já referida a partir de Souza (2008), esta estratégia foi muito além das fundações empresariais e organismos internacionais. No início do séc. XXI era comum encontrar os livros de Costa, Serrão e Baleeiro nas bibliotecas e práticas de muitas ONGs brasileiras. O Estado nacional também “comprou” a ideia, levando, por exemplo, o então Ministro da Educação a prefaciá-la primeira edição em português da referida obra de Delors (1998 [1996]) e, mais tarde, incorporando o ideário do protagonismo juvenil à sua programação nas áreas de saúde (BRASIL, 2001), educação (SILVA, 2009) e, principalmente, assistência social, com o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (TOMMASI, 2017). Do mesmo modo, o discurso prosperava em diversas Unidades da Federação e municípios, além de órgãos de outros poderes públicos, como o Legislativo que insiste no simulacro do protagonismo por meio da multiplicação dos chamados “Parlamentos Jovens” que, na prática, não legislam sobre nada.

Assim, esta estratégia afetada pela legítima adoração dos sistematizadores iniciais do protagonismo juvenil se difundiu transferindo responsabilidades aos jovens, mas não ampliando seus poderes. No desenvolvimento deste culto à juventude no âmbito das políticas públicas, assistimos também à multiplicação de órgãos gestores destas políticas em todos os níveis da federação brasileira (RIBEIRO; MACEDO, 2018; PINHEIRO; RIBEIRO; VENTURI; NOVAES, 2016). Porém, como já apontava Sposito (2007) em estudo pioneiro – desenvolvido entre 2003 e 2006 – sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, continuamos com poucos diagnósticos da efetividade da atuação destes órgãos.

Voltando à metáfora religiosa, postulo que o protagonismo juvenil representa mais um culto à simbologia da divindade do que à divindade propriamente dita. Sendo o símbolo incorporado na juventude e a materialização divina difundida entre aquilo e aqueles que efetivamente afetam a vida de jovens e não-jovens. Talvez estejamos adorando imagens porque simplesmente não conheçamos os deuses que afetam este mundo contemporâneo tão fluído e complexo.

3. ENCANTAMENTO E ASSOCIAÇÃO COM JOVENS

Assim como na tematização da adoração, considero importante iniciar este tópico com uma precisão lexical que aponta o encantamento como “Estado de quem se deslumbra como reação a algo de bom que se vê, ouve ou sente”².

2 Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/encantamento>>, acesso em 11 de nov. 2018.

Explicitamente vinculado aos domínios da magia e da religião, este termo tem larga entrada nas ciências sociais a partir das análises de Weber sobre o avanço do ascetismo que permitiu a secularização da sociedade ocidental, o desenvolvimento da burocracia e os fundamentos da era moderna (PIERUCCI, 2003). O processo analisado por Weber retrai o poder explicativo da religião; avançando de par com a consolidação de um novo padrão analítico calcado nos termos da ciência, a secularização moderna desencantou o mundo ocidental letrado.

No entanto, alguns mistérios e encantamentos nunca foram abalados pela ciência e, progressivamente, tem-se reconhecido a complementaridade de diferentes formas de compreender a existência, algumas das quais permanecem afeitas aos sedutores feitiços do questionamento sobre a hierarquia explicativa estabelecida pela lógica da dedução racional. Em outras palavras, podemos dizer que está em curso um re-encantamento da natureza (RUSSO; PONCIANO, 2002) que abala a hierarquia dos seres existentes, atribuindo ao ser humano um lugar comum em meio aos elementos naturais ou, para dizer como Latour (2006), integra-nos como apenas mais um dos agentes no meio social. Antes mesmo deste processo de re-encantamento, as narrativas convencionais do mundo letrado sempre tiveram um certo encantamento pelo “outro”: o “bom selvagem” (na esteira de Rousseau), o “Oriente” na constituição do mundo ocidental (como postulou Edward Saïd). No Brasil, as figuras do “caipira” (tematizada inicialmente por Antônio Cândido), do “sertanejo” antípoda do desenvolvimento nacional (ideia já presente em “Os sertões”, de Euclides da Cunha), do “sitante” em oposição ao “cidadino”, do “pobre” face ao “rico”, etc. De modo mais específico, o que convém à análise deste tópico é o par antitético formado pelo “novo” em contraposição ao “velho”.

No desencantado mundo letrado, seja em sua dimensão técnico-administrativa e burocrática ou teórico-conceitual e acadêmica, há muitas tentativas de assegurar a continuidade e permanência do que está hegemonicamente estabelecido, conforme discutiu Thomas Kuhn (1962) em seu esforço de explicação dos métodos de avanço científico. Porém, as formas insurgentes de manifestação contrahegemônica exercem diversos fascínios e postulo que na relação entre as diversas fases da vida, a contrahegemonia operou uma emoção difusa e duradoura que considero coletiva e denomino de “encantamento” por analogia ao sentido mágico-religioso do uso mais habitual do termo. Assim como a adoração, o encantamento está longe de ser uma das emoções que mais afetam as políticas dirigidas às jovens gerações no Brasil, mas este lugar secundário e contrahegemônico não invalida seu potencial heurístico.

Um conjunto de iniciativas dirigidas aos jovens materializa este encantamento na busca de parcerias com este público que, nesta perspectiva, é considerado uma “força estratégica”, como se depreende da afirmação de dirigentes da extinta Academia de Desenvolvimento Social que, justificando a criação de um programa de apoio a iniciativas juvenis, afirmaram:

Os jovens são vistos como “público-alvo” das ações e não como atores e autores conscientes, parceiros no desenvolvimento social. Acreditando na juventude como uma força estratégica para promover mudanças na sociedade, idealizamos em 2002, o *Programa Incubadora Social para Ação Jovem*, criado, inicialmente, para apoiar e fortalecer jovens empreendedores sociais. (MORAES et al., 2008, p. 08, itálico no original)

Em diferentes reflexões sobre o futuro nacional e planetário, a juventude aparece como um conjunto de atores resilientes que consegue se afirmar e se desenvolver mesmo tendo de enfrentar inúmeras dificuldades (BANCO MUNDIAL, 2007), o que foi devidamente analisado por Souza e Arcaro (2008). Sob esta concepção, os jovens são tratados como agentes prioritários a engajar nos processos visando a alterar alguns aspectos da ordem social. Eles emergem como atores importantes

para a melhoria de situações que ultrapassam suas próprias vidas. Neste caso, em vez de protegê-los, controlá-los ou transferir-lhes responsabilidades, alguns sujeitos enfatizam que é preciso se associar a eles para realizar as mudanças necessárias às melhorias das condições de vida. Esta é uma diretriz comum ao discurso de agentes internacionais atuantes no Brasil no período de institucionalização da política nacional de juventude, entre os anos 1990 e o princípio do século XXI, como atesta o trabalho organizado por um então dirigente da Fundação W. K. Kellogg (THOMPSON, 2005).

No texto intitulado “Associando-se à juventude para construir o futuro”, Andrés Thompson (2005, p. 13) vaticina que “nossas forças políticas, econômicas e sociais para solucionar os graves problemas de pobreza e distribuição desigual de riqueza [...] não terão sucesso ou persistirão sem o fortalecimento e o aproveitamento do potencial e da energia dos jovens”. Com base nisso, ele afirma que

Os jovens não devem ser considerados beneficiários das políticas e dos programas de desenvolvimento, mas, acima de tudo, eles devem assumir cada vez mais a responsabilidade pelo seu próprio presente e futuro. Políticas públicas para a juventude devem ser implementadas com base nesse modelo participativo (THOMPSON, 2005, p. 13).

Assim, a ideia de associação com a juventude revela um deslumbramento que coloca a participação juvenil como condição de sucesso de iniciativas sociais que vão muito além das pessoas jovens. Nessa diretriz associacionista, o jovem não é colocado como responsável prioritário no processo de superação de seus próprios problemas, mas aparece como agente indispensável para o sucesso de iniciativas que melhorem sua própria vida, assim como a do mundo todo.

O referido trabalho de Thompson é um exemplo das preocupações de grandes organizações de países ricos que apoiam iniciativas em nações ditas “em desenvolvimento”; ele demonstra a inquietação com o futuro de todos os povos e, principalmente, com o equilíbrio de relações internacionais que permitam a manutenção da paz social e o desenvolvimento econômico em escala mundial. Estas preocupações – que não se confundem, de nenhum modo, com pretensões de igualdade de condições entre os diferentes grupos etários e economias nacionais –, representam um desdobramento de diretriz internacional que antecede bastante a atuação deste autor no território brasileiro.

Um antecedente importante deste processo de progressão da associação com os jovens para a promoção de mudanças sociais pode ser apontado na iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de definir (ao final dos anos 1970) que o ano de 1985 seria o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O sub-título escolhido pela ONU associa a participação dos jovens às ideias de participação, desenvolvimento e paz, tentando produzir uma imagem positiva destes indivíduos. Isto resulta a um só tempo dos efeitos de uma nova crise econômica e do boom demográfico que estava previsto para o início dos anos 2000. Este discurso foi rapidamente tomado por alguns jovens e por suas organizações, como a Organização Ibero-Americana de Juventude (LEÃO, 2012), que passaram a tratar a participação dos jovens na formulação de medidas (leis, estudos e ações) dirigidas a eles como palavra de ordem em suas reivindicações. Em nível local, as iniciativas de parceria com a juventude também frutificaram, podendo citar, apenas a título de exemplo, o relato feito por Moraes, Lucena, Wenceslau, Lyra e Macêdo (2008), a partir de casos que acompanharam em Pernambuco. Alguns dos atores envolvidos neste encanto de busca pela parceria com a juventude ganharam lugares importantes em fundações empresariais, organismos internacionais e administrações públicas nacionais de todos os níveis da federação brasileira.

Com isto, percebemos que organismos internacionais atuantes no Brasil, organizações juvenis internacionalistas e jovens do meio empresarial produziram convergência para a repercussão de um suposto potencial positivo dos jovens para a transformação social pacífica e o desenvolvimento econômico. Sem grandes desenvolvimentos analíticos, conceituais ou explicativos em seus pronunciamentos e publicações, estas organizações e muitos de seus membros seguem encantados com este potencial que continuam a difundir.

Ante o exposto, espero ter demonstrado que aquilo que inicialmente não era exatamente uma reivindicação juvenil se tornou uma importante plataforma de atuação política da própria juventude. A ideia de que nada deve ser decidido sobre jovens sem sua participação coroou um processo que se iniciou por circunstâncias que me parecem pouco conhecidas pelos próprios jovens e que descrevi em termos de encantamento de outros segmentos etários com o potencial – mal conhecido e misteriosamente admirado – de contribuição destes “atores estratégicos” para a consolidação de mudanças sociais que vão muito além deles mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sposito e Carrano (2003, p. 18) apontaram carência de “estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens”. Esta carência foi reduzida com a multiplicação deste tipo de política no início do século XXI. Porém, a concepção de “política pública” que atravessa muitas investigações se restringe às políticas de Estado ou a iniciativas governamentais que não têm garantia de continuidade. Considerando apenas essa perspectiva de ação estatal ou governamental, o Brasil avançou na sistematização de medidas em benefício de jovens, conforme analisaram Pinheiro, Ribeiro, Venturi e Novaes (2016), bem como Ribeiro e Macedo (2018). Neste sentido, vale reproduzir os elementos destacados na mais recente destas produções:

É possível afirmar que, no Brasil, as políticas de juventude vivenciaram um período importante de afirmação. O período foi marcado pela construção de uma significativa institucionalidade no campo das políticas públicas de juventude, com a criação de centenas de órgãos governamentais municipais e estaduais, evidenciando avanços na construção de um apoio visível na proteção social e no bem-estar dos jovens, acompanhando um ciclo de desenvolvimento das políticas públicas sociais e de construção da cidadania no país. São visíveis, também, avanços expressivos no âmbito da legislação, como a inclusão do termo “jovem” no texto da Constituição Federal, em 2010 (emenda constitucional n.º 65); a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013); a realização das Conferências Nacionais sobre Juventude (2008, 2011 e 2015); a elaboração e o monitoramento de planos e programas; a realização de pesquisas nacionais com diagnósticos mais precisos sobre esse segmento; e o desenvolvimento de centros de informação juvenil e portais na Internet, empregados com frequência para apoiar e implementar os esforços, muitas vezes dispersos, propostos nas políticas desta esfera. (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 109)

Por outro lado, a preocupação com a juventude vai muito além dos operadores do Estado ou de agentes governamentais. Há muitos outros agentes sociais preocupados com essa questão e engajados no debate sobre o que podemos considerar como sendo políticas públicas na perspectiva mais ampla que adotamos neste texto. Alguns destes agentes são partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos religiosos que mantêm o interesse pela formação de novos “quadros” em suas “fileiras”. Não apenas nos momentos planejados por governos para garantir a participação popular na discussão e análise de políticas públicas, mas provavelmente em todo o ciclo destas políticas em benefício de jovens há organizações sociais não-

estatais envolvidas. Há ainda uma série de ações desenvolvidas por este tipo de organização que é perfeitamente classificável na perspectiva de “políticas públicas”.

Nesta ampla concepção do tema, o surgimento das políticas públicas de juventude poderia remontar aos primórdios da atuação da Igreja na organização social do Novo Mundo. Porém, a análise aqui presente focalizou o período de 2005 a 2015, que Ribeiro e Macedo (2018) definem como “ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil” porque se trata da época em que, segundo as autoras, este tipo de política mais cresceu. Ao longo deste texto, tentei demonstrar, especialmente ao tratar de adoração e encantamento, que este “ciclo” não se completa sem a consideração de fortes impactos da atuação de organizações não-estatais. Além disso e, principalmente, refleti sobre duas emoções que têm contribuído para estruturar ações e materializar diferentes atividades realizadas por organizações públicas e privadas sob a intenção de gerar ou ampliar benefícios na vida de jovens brasileiros. O medo é certamente a emoção que mais afeta as políticas de juventude no âmbito governamental, mas a adoração e o encantamento – que influenciaram prioritariamente ONGs, fundações empresariais e organismos internacionais – também afetaram o desenvolvimento de alguns programas governamentais e a participação de jovens na vida pública.

Dito isto, encerro com a simples constatação de que – além de saberes, técnicas, necessidades e interesses – há sentimentos, emoções e afetos operando no ciclo das políticas públicas de juventude no Brasil. Estes elementos têm sido negados em muitas análises sobre o tema ou, no máximo, são enfocados em uma perspectiva subjetivista e psicologizante da dimensão afetiva. Em contraponto, tentei demonstrar que há importantes chaves analíticas objetivas e situadas nas ciências sociais que podem ser utilizadas para tentar compreender, por exemplo, por que valores religiosos se tornaram tão significativos neste ciclo de políticas públicas de juventude ou por que, apesar da referida mudança no texto constitucional (que passou a incluir o termo “jovem” a partir da Emenda Constitucional 65/2010), a profusão de ações de “protagonismo juvenil” e “associativismo com jovens” pode gerar uma redução de responsabilidade de diversos setores da sociedade e do Estado em relação aos jovens que passam – eles mesmos – a ter de protagonizar as condições de sua própria resiliência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, HW. Considerações sobre a tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. São Paulo: ANPED, 1997. p. 25-36.
- BANCO MUNDIAL. *Vozes Jovens; um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI*. Brasília: Banco Mundial, 2007.
- BRANDÃO, MD. Análise do orçamento estadual em benefício de jovens pernambucanos. In: REIS, V. (Org.). *Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe*. Teresina: EDUFPI, 2009, p. 17-57.
- BRANDÃO, MD. La “politique de jeunesse” sous le signe de la participation populaire. *Mémoire (Master Sociologie Générale) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris: EHESS*, 2011.
- BRANDÃO, MD. Da “moratória” à condição juvenil: estudos recentes acerca dos jovens no Brasil. *Entrelugares: revista de sociopoética e abordagens afins*. Vol. 4, n. 1, 2012. p. 1-12.
- BRANDÃO, MD. Medo, fetiche e espetacularização na política de juventude em Pernambuco. *Estudos de Sociologia (Recife)*, v. 1, 2016. p. 145-182.

- BRANDÃO, MD. Medo, adoração e encantamento na política de juventude brasileira. O público e o privado, n. 34, p. 51-85, 2019.
- BRANDÃO, MD; BONFIM, W. Diagnóstico Casas das Juventudes. Relatório. Recife: Etapas / Secretaria Estadual da Criança e da Juventude de Pernambuco, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Protagonismo juvenil: caderno de atividades. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- CASTRO, MG; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma de se fazer políticas. Revista Brasileira de Estudos de População, 19(2), 2002. p. 19-46.
- CAVALCANTE, GH. De vir affectio: a afecção humana segundo a Ética de Baruch Spinoza. In: FRAGOSO, EAR; LIMA, FJBS. Olhares ético e político sobre a filosofia de Benedictus de Spinoza. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 73-92
- CERULO, M; SCRIBANO, A. The emotions in the classics of sociology : a study in social theory. New York: Routledge, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. Espinosa (Os Pensadores). Seleção de textos de Marilena Chauí; traduções por Marilena Chauí et al. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- COLLINS, R. Conflict Sociology. New York: Academic, 1975.
- COSTA, ACG. 1996. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. São Paulo: Modus Faciendi e Fundação Odebrecht.
- DAMÁSIO, AR. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1994].
- DEBERT. GG. A cultura adulta e juventude como valor. XXVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2004. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st13-4/3991-gdebert-a-cultura/file>. Acesso em: 5 out. 2019.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998 [1996].
- DEWEY, J. Human nature and conduct. New York: Dover, 1922.
- DEWEY, J. The Public and Its Problems. New York: Henry Holt and Co., 1927.
- DEWEY, J. Logique. La théorie de l'enquête. Paris: PUF, 1993 [1938].
- FERREIRA, MAS. As emoções na luta política: um debate mais que necessário. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 41, p. 1-34, e267628, 2023.
- GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 epub [1995].
- KUHN, TS. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LEÃO, RZR. O Brasil e a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens. Madrid: OIJ, UNFPA, 2012.
- LIVET, P. Émotions et rationalité morale. Paris: PUF, 2002.
- MENDES, JTN. O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente. Dissertação [Mestrado Serviço Social]. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

MORAES, AK; LUCENA, AP; WENCESLAU, LD; LYRA, MB; MACÊDO, MF. Um outro olhar sobre parcerias e desenvolvimento: a experiência da Academia de Desenvolvimento Social. Recife: NECTAR, 2008.

NOVAES, RR. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, MIM; EUGENIO, F (org.) Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

NOVAES, RR.. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FAVERO, Osmar et al. Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. p. 253-281.

NOVAES, RR.; CARA, Daniel T.; SILVA, Danilo M. da; PAPA, Fernanda de C. Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude / Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, RN; BRANDÃO, MD. Dois casos na disputa paradigmática do trabalho de socioeducador. Sociologias (UFRGS), v. 24, p. 198-225, 2022.

PIERUCCI, AF. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINHEIRO, D; RIBEIRO, E; VENTURI, G; NOVAES, R. Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

QUÉRÉ, L. Le travail des émotions dans l'expérience publique. In: CEFAÏ, D; TERZI, C (dir.). L'expérience des problèmes publics. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012. p. 135-162.

RECIFE, PC. Plano Municipal de Juventude. Lei Municipal 18.279/2016. Recife: PCR, 2016.

Disponível em:

http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/plano_municipal_juventude_fnal.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

REEVE, J. Motivação e emoção. Rio de Janeiro: LTC, 2006 [1991].

RIBEIRO; E; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 42, 2018. p. 107-126.

RUSSO, JA.; PONCIANO, ELT. O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 12 (2), 2002. p. 345-373.

SANTOS, RP. Mente vazia, oficina do diabo: um estudo sobre jovens diagnosticados com transtorno de conduta num ambulatório público de saúde mental em Santa Cruz-RJ. Dissertação [Mestrado Psicologia Social]. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

SERRÃO, M; BALEEIRO, MC. Aprendendo a ser e a conviver. São Paulo: FTD / Fundação Odebrecht, 1999.

SILVA, TG. Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano. Dissertação [Mestrado Educação]. Curitiba: UFPR, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n. 16, 2006. p. 20-45.

SOUZA, RM. 2008. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus.

SOUZA, RM; ARCARO, NT. O Banco Mundial e o investimento na juventude brasileira. Revista Psicologia Política, 8(16), 2008. p. 251-270.

SPOSITO, MP. Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, Ação Educativa, Fapesp, 2007.

SPOSITO, MP; CARRANO, PCR. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n.24, p. 16-39, 2003.

THOMPSON, A. (org.). Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2005.

TOMMASI, L. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. Revista Brasileira de Educação, 25, 2004. p. 177-181.

TOMMASI, L. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 6, n. 2, mai-ago. 2014, p. 287-311

TOMMASI, L. Jovens, políticas públicas e liberdade. Online, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/11208_JOVENS+POLITICAS+PUBLICAS+E+LIBERDADE>. Acesso em: 02 jul. 2019.

TRAÏNI, C. (ed.). Émotions... Mobilisation! Paris: Presses de Sciences Po, 2009.

VERNANT, J-P. Entre mito e política. São Paulo: Ed. da USP, 2001 [1996].

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER

Professor adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Professor permanente do PPGS-UFPE. Cientista social, com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Sociologia.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.